

CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em reais)**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Quadro 1 – Balanços Patrimoniais

Quadro 2 – Demonstração do Resultado dos Exercícios

Quadro 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Quadro 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores e Diretores do

Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA (“ENTIDADE”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA (“ENTIDADE”) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao CURITIBA ARTE – INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada à continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. Entretanto, a continuidade normal das atividades da Entidade está condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba com quem firmou Contrato de Gestão através da Fundação Cultural de Curitiba, além da efetiva implementação e monitoramento de um plano que vise à geração de novas receitas para a Entidade, a fim de satisfazer situações de desequilíbrio financeiro ou desmobilizações futuras.



Ênfases sobre as demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para o mencionado nas Notas Explicativas nº 7, que evidencia que a Entidade não realizou estudos para determinar a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens que compõem seu Ativo Imobilizado, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e nem realizou o teste de recuperabilidade desses ativos conforme requer a NBC TG 01 – Valor Recuperável de Ativos. Além disso, conforme informado na mesma nota explicativa, a Entidade não possui controles individualizados e não realiza periodicamente inventário dos bens que compõem seu ativo imobilizado, havendo a necessidade de contratação de empresa especializada para realizar esses levantamentos. Sendo assim, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que esses ativos estejam apresentados pelos seus valores justos de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis.

Outros assuntos sobre as demonstrações contábeis

Valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente auditamos as demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e emitimos nosso relatório em 18 de agosto de 2017 com as mesmas ênfases constantes do relatório do presente exercício.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis,

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

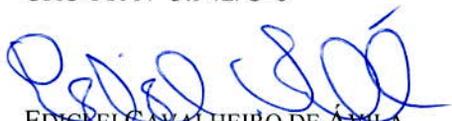
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba, 06 de junho de 2018.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6


EDICEL CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ


KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

Curitiba Arte - Instituto Curitiba de Arte e Cultura
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016

QUADRO 1

INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2.017	2.016	PASSIVO	Nota	2.017	2.016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	4	178.114	1.935	Fornecedores		22.835	0
Aplicações Financeiras	4	1.141.254	1.195.544	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	8	492.162	484.886
Contas a Receber	5	65.523	212.577	Parcelamento ISS	10	79.101	30.008
Impostos Recuperáveis		19.054	0	Provisão para Férias e Encargos		0	0
		<u>1.403.945</u>	<u>1.410.055</u>	Contas a Pagar		5.448	1.027
				Projetos a Executar	11	427.039	2.293
						<u>1.026.585</u>	<u>518.214</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Parcelamento ISS	10	289.058	413.205
Depósitos Judiciais	6	10.200	22.380	Oficina de Musica de Curitiba	11	0	81.683
		<u>10.200</u>	<u>22.380</u>			<u>289.058</u>	<u>494.888</u>
Imobilizado	7	90.786	83.480	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		5.122	1.440	Superavits Acumulados		523.801	835.207
		<u>95.907</u>	<u>84.920</u>	Déficit do Exercício		(329.392)	(330.954)
				Patrimonio Liquido Social		<u>194.409</u>	<u>504.253</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.510.052</u></u>	<u><u>1.517.355</u></u>	TOTAL DO PASSIVO		<u><u>1.510.052</u></u>	<u><u>1.517.355</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS (COM AJUSTES)

(Valores expressos em reais)

	2.017	2.016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receitas da Atividades	10.154.464	11.176.405
Contrato de Gestão - FCC	8.847.348	8.864.800
Receitas do conservatório	-	-
Receitas de Oficina de Musica	774.099	955.199
Doações e patrocínios	317.010	128.957
Bilheteria	81.749	100.191
Oficina de Música	16.891	932.801
Receitas diversas	95.368	168.488
Locação de espaços próprios	22.000	25.970
(-) deduções da receita		
Impostos Incidentes sobre a receita e devoluções	(38.372)	(48.573)
	10.116.092	11.127.832
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas	(3.521.087)	(1.315.587)
Gastos com Pessoal ICAC	(1.508.500)	(3.451.014)
Gastos com Pessoal - Casa Leitura	(1.670.265)	(1.637.636)
Despesas Conservatório	(1.014.914)	(3.041.186)
Despesas com infrações - ISS	-	-
Gastos com Oficina da Musica	(2.659.943)	(1.929.034)
Resultado financeiro líquido	(70.773)	(84.329)
	(10.445.483)	(11.458.786)
DÉFICIT ANTES DOS EFEITOS FISCAIS	(329.392)	(330.954)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro	-	-
	(329.392)	(330.954)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(329.392)	(330.954)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>Descrição</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superavits Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	41.035	463.218	504.253
Déficit do Exercício	-	(329.392)	(329.392)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	19.547	19.547
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>41.035</u>	<u>153.373</u>	<u>194.409</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



QUADRO 4

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.017	2.016
Déficit do exercício	(329.392)	(330.954)
Itens que não afetam o caixa operacional		
. Depreciação e amortização	-	-
Total	(329.392)	(330.954)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Variações do ativo		
Contas a Receber	147.054	(117.533)
Adiantamentos		
Créditos Fiscais a Recuperar	(19.054)	-
Depósitos Judiciais	12.180	-
Total	140.181	(117.533)
Variações do passivo		
Fornecedores	22.835	(4.750)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	(74.407)	385.337
Parcelamento do ISS	(75.054)	(38.778)
Provisão de Férias e encargos	-	(314.214)
Contas a Pagar	4.421	932
Oficina de Música	424.746	(208.067)
Total	302.541	(179.540)
(=) caixa líquido das atividades operacionais	442.722	(297.072)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(7.306)	14.229
Intangível	-	-
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(7.306)	14.229
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ajuste de exercícios anteriores	19.547	-
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	19.547	-
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalentes de caixa	125.572	(613.797)
. No início do exercício	1.197.478	1.811.275
. No fim do exercício	1.319.368	1.197.478
	121.890	(613.797)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

CURITIBA ARTE- INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA
DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITAS		
Contrato Gestão FCC	8.847.348	8.864.800
Outras Receitas	1.307.116	2.311.605
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Gastos da Atividade de Música	(2.659.943)	(1.929.034)
Outros Gastos Administrativos	(28.591)	(95.854)
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	(3.483.158)	(3.471.969)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.982.771	5.679.548
Depreciações e amortizações	(29.812)	(29.988)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>3.952.959</u>	<u>5.649.560</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	(4.193.680)	(5.851.693)
Impostos, Taxas e Contribuições	(70.773)	(77.341)
Juros e Aluguéis	(17.898)	(51.480)
	<u>(329.392)</u>	<u>(330.954)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações Contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Curitiba Arte - Instituto Curitiba de Arte e Cultura, Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos foi constituído em julho de 2003, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 2004. É uma Entidade cujo objetivo é o ensino, pesquisa, promoção da cidadania, desenvolvimento científico, cultural, artística e institucional, nas áreas de artes, cultura, lazer e entretenimento, tendo como atividade principal ações na área de música, como manutenção de grupos artísticos e eventos musicais relacionais a esses grupos. As atividades relacionadas ao ensino de música são ofertadas ao público em geral tendo em vista exigências estabelecidas no Contrato de Gestão, porém, sua operacionalização e custeamento é de responsabilidade dos professores contratados, repassando a Entidade somente valor correspondente a taxa de administração, para manutenção a estrutura. Também, oferece ações culturais na área de literatura.

Sua finalidade institucional se desenvolve com base em Contrato de Gestão com o Município de Curitiba, cabendo a Fundação Cultural de Curitiba a supervisão financeira e artística.

Destarte, a sua manutenção, continuidade e finalidade institucional dependem dos correspondentes repasses de contribuições municipais. Concomitantemente, o Instituto ampliou suas ações culturais por meio de celebração de Convênios com o SESI para a realização de dois projetos: 32ª Oficina de Música de Curitiba e ações culturais no espaço Cultural Stokler de Franca e com o SESC e outras organizações ainda para apoio a 32ª Oficina de Música de Curitiba.

Por meio de Ofício, datado de maio de 2014, este Instituto solicitou revisão do Contrato de Gestão em vigor a fim de se obter um equilíbrio entre as metas estabelecidas contratualmente e o valor mensal de repasse, visto este não ter sofrido revisão dos impactos inflacionários, dissídios coletivos e outros.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, a Entidade adotou as alterações na legislação societária, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, que modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

A Entidade incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis os seguintes relatórios: Balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Entidade na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos, representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato que o originou e são mantidos contabilizados no passivo até a sua utilização.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou pagas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem fornecedores, projetos a realizar e outras contas a pagar.

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

A Entidade administra Projetos Culturais, aprovados pelo FNC (Lei Rouanet), bem como repasses de outras entidades para fins específicos - pré-carnaval de Curitiba, concertos e apresentações musicais, cujos recursos estão demonstrados em contas específicas do ativo (bancos conta movimento e aplicações financeiras) e passivo (Projetos Culturais), no valor total dos aportes recebidos e das despesas incorridas, de modo a não produzir efeitos no resultado do exercício. Para o exercício de 2015, foram arrecadados R\$ 180.000,00.

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos originados por meio de contratos decorrentes da Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo que é vinculado a projetos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante;
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos, as despesas são reconhecidas em contas redutoras do passivo, conforme sua natureza, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos contratos originados pela Lei Rouanet são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos.

A Entidade possui ainda um Contrato de Gestão, firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba/Fundação Cultural de Curitiba, com previsão de encerramento para o mês de Dezembro/2018. Neste aspecto, a administração do Instituto está ciente da necessidade de se criar um fundo de reserva financeira específico para atender, caso o referido contrato não seja renovado parcial ou totalmente, as necessidades que advirão decorrentes de rescisões de contratos trabalhistas e outros compromissos.

- Recebimento dos recursos e consumo como despesa: Quando ocorre o recebimento dos recursos originados pelo contrato de gestão é reconhecido um ativo (bancos conta movimento e aplicações financeiras) em contrapartida do resultado do exercício como receita assim como as suas despesas, que são restritas ao custeio da Entidade.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Conforme nota explicativa nº 7, a depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado no critério fiscal para cada um dos itens, em desacordo com o que determina a legislação vigente.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2015, o qual depende da realização de processo de inventário, levantamento e mensuração do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(i) Contingências ativas e passivas

Os Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

(ii) Contingências passivas

As Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que implicaria forte indício de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas, e as classificadas como de perda remota não requerem provisão e divulgação.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g. Imposto de renda e contribuição social

A entidade optou, desde a sua constituição, pelo regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as receitas não-correntes, com base no lucro presumido. No entanto, tais receitas são decorrentes da própria atividade e os superávits (tanto das receitas correntes quanto das demais receitas) são integralmente investidos na própria atividade. Sabendo que o Instituto foi constituído e se mantém na modalidade "sem fins lucrativos" e, como determina a lei, seus recursos financeiros são integralmente aplicados na sua atividade, à administração pretende discutir legalmente a isenção ou imunidade tributária.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime tributário de Lucro Presumido, sendo aplicadas as seguintes alíquotas:

a) Imposto de renda: de 15% sobre a base de 32% da receita bruta respeitando o adicional de R\$ 240.000,00 ao ano o qual sujeita o adicional de 10%; b) Contribuição Social de 9% sobre a base de 32% da receita bruta.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Caixa e bancos	166.251	1.935
Aplicações financeiras	<u>726.078</u>	<u>1.195.544</u>
	<u>892.329</u>	<u>1.197.478</u>

No mês de maio de 2017 foi realizada a mudança de agência bancária referente às contas bancárias e aplicações financeiras existentes no Banco do Brasil S.A., com a transferência integral de saldos, conforme abaixo:

Contas movimento até 05/2017

Banco do Brasil Ag 3273-5 C.C.5503775-5
Banco do Brasil Ag 3273-5 C.C. 600000-2
Banco do Brasil Ag 3273-5 C.C. 400000-5
Banco do Brasil Ag 3273-5 C.C.200000-8
Banco do Brasil Ag 3273-5 C.C.16219-1

Contas movimento a partir de 05/2017

Banco do Brasil Ag 3007-4 C.C. 5503775-5
Banco do Brasil Ag 3007-4 C.C. 800000-X
Banco do Brasil Ag 3007-4 C.C. 700000-6
Banco do Brasil Ag 3007-4 C.C. 400000-5
Banco do Brasil Ag 3007-4 C.C. 116219-5

Recursos vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os valores vinculados a projetos em 31 de dezembro de 2017 estavam compostos da seguinte forma:

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
PRONAC 154429 B. Brasil - Depósito bancário	2.396,74	0,00
PRONAC 154996 B. Brasil - Depósito bancário	9.466,14	0,00
PRONAC 163977 B. Brasil - Aplic. Financeira	<u>415.176,13</u>	<u>0,00</u>
	<u>427.039,01</u>	<u>0,00</u>

5 Adiantamentos

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Adiantamento de férias	64.477	17.284
Adiantamento a fornecedores	1.046	890
Adiantamento Oficina de Música	0,00	192.704
Adiantamento de viagens	<u>0,00</u>	<u>1.700</u>
	<u>65.523</u>	<u>212.578</u>

6 Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento sem transitado em julgado da ação, bem como depósitos judiciais para garantia do juízo em ações transitadas em julgados, em fase de liquidação.

7 Imobilizado

	<u>2017</u>				<u>2.016</u>	
	Taxa anual de depreciação	Vida útil em anos	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Liquido	Liquido
Móveis e Utensílios	10,00%	10	97.760	57.320	40.440	37.655
Computadores e Periféricos	20,00%	5	41.295	33.945	7.350	7.188
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10,00%	10	41.681	19.997	21.684	8.176
Instalações	10,00%	10	0	0	0	189
Instrumentos musicais	10,00%	10	111.551	90.239	21.312	30.419
Softwares	10,00%	10	5.910	789	5.122	(148)
TOTAIS			<u>298.197</u>	<u>202.289</u>	<u>95.907</u>	<u>83.480</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

A Entidade não possui controle individualizado do seu ativo imobilizado e estuda a possibilidade de contratar empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens, com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil, inclusive quanto à determinação do valor econômico dos mesmos e a determinação de novas vidas úteis para ajustar as quotas de depreciação em conformidade com a legislação vigente. A Administração da Entidade prevê que o prazo para conclusão dos trabalhos se encerre durante o exercício de 2018.

Por esse motivo, esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o exercício de 2017 e anteriores, relativo ao Teste de Recuperabilidade do Ativo Imobilizado (*impairment test*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 01(R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", o qual dependerá da conclusão dos trabalhos de levantamento e inventário do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente.

8 Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Impostos e contribuições retidos de terceiros	28.225	28.768
Salários e remunerações a pagar	9.231	150
IRRF a pagar	43.661	21.983
INSS a pagar	106.118	102.344
FGTS a pagar	37.040	37.300
PIS sobre folha a pagar	4.643	3.031
	<u>228.919</u>	<u>193.576</u>

9 Imposto sobre serviços – ISS

Em 2013, a Entidade recebeu intimação da Prefeitura Municipal de Curitiba para fins de levantamento fisco contábil e homologação dos lançamentos do Imposto Sobre Serviços — ISS, tendo atendido de forma abrangente a todas as solicitações da autoridade competente no que concerne aos demonstrativos de cálculos do ISS sobre as receitas auferidas, bem como tendo apresentado toda a documentação solicitada no Termo de Intimação. No entanto, a administração tomou a iniciativa de discutir, em conjunto com o Conselho de Tributação do Município, o critério de tributação, uma vez que quase a totalidade das receitas é decorrente de repasses do próprio Município e as demais decorrentes e aplicados na própria atividade.



10 Eventos subsequentes - Parcelamento de ISS Prefeitura Municipal de Curitiba

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Parcelamento do ISS	79.101	30.008
(-) Parcela de longo prazo	<u>(289.058)</u>	<u>(413.205)</u>
	<u>(209.958)</u>	<u>(383.197)</u>

Em 26 de novembro de 2015, através do Ofício nº 6.223/2015 – FRM, encaminhado pela Secretaria de Finanças do Município de Curitiba, a Entidade foi notificada acerca de diversos autos de infração que questionavam, principalmente, o não recolhimento das retenções do ISS – Imposto sobre Serviços, devidas sobre o pagamento a prestadores de serviço pessoa jurídica que não efetuaram a devida emissão de documento fiscal, bem como a prestadores autônomos (com emissão de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomos) os quais não possuíam inscrição regular no cadastro fiscal de contribuintes no Município.

11 Projetos a executar

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Oficina de Musica de Curitiba		
PRONAC 154429 B. Brasil - Aplic. Financeira	2.397	2.293
PRONAC 154999 B. Brasil - Aplic. Financeira	9.466	0
PRONAC 163977 B. Brasil - Aplic. Financeira	<u>415.176</u>	<u>0</u>
	<u>427.039</u>	<u>2.293</u>

Projetos a executar referem-se a recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados, os quais possuem contas correntes ou aplicações vinculadas conforme Nota Explicativa nº 4. A Administração da Entidade, considerando que as receitas e despesas recebidas e realizadas através de projetos incentivados têm efeito nulo no resultado da sua atividade, optou em manter os saldos e a movimentação dos referidos projetos no Passivo Circulante evidenciando, portanto, o saldo a realizar de cada projeto.

12 Patrimônio Social

O patrimônio social da Entidade poderá ser formado, principalmente, pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados ao Curitiba Arte – Instituto Curitiba de Arte e Cultura. Em função de a Entidade ter suas operações suportadas substancialmente por contratos de Gestão firmados com o Município de Curitiba, por intermédio da Fundação Cultural de Curitiba e projetos de leis de incentivo a cultura (Lei Rouanet), firmados junto ao Ministério da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, exceto àqueles decorrentes de receitas próprias da Entidade.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir.

13 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017.

A Entidade está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. Pelo fato da Entidade ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as suas obrigações estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso.

Todas as dívidas da Entidade, exceto as provisões para contingências e parte do parcelamento do ISS junto à prefeitura de Curitiba são exigíveis em curto prazo.



Marino Galvão Junior
Presidente

Wenceslau Bonifácio da Silva
Contador CRC/PR 038829/O-5

* * *